

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV)
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

TATIANNE BEZERRA MORAES

**ENSINO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL: um estudo nas
Instituições de Ensino Superior do Centro-Oeste**

RIO VERDE, GO

2018

TATIANNE BEZERRA MORAES

**ENSINO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL: um estudo nas Instituições de Ensino
Superior do Centro-Oeste**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV) como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Rafael Crisóstomo Alves.

RIO VERDE, GO

2018

TATIANNE BEZERRA MORAES

**ENSINO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL: UM ESTUDO NAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO-OESTE**

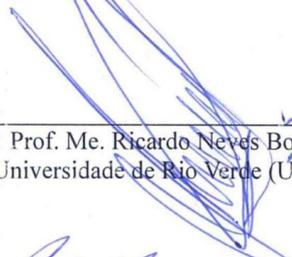
Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio Verde, Goiás, 30 de novembro de 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Rafael Crisóstomo Alves
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Me. Ricardo Neves Borges
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Me. André Henrique Barros
Universidade de Rio Verde (UniRV)

Dedico este trabalho, com muito orgulho, aos meus pais, Jesoalda Bezerra Moraes e Manoel Moraes, motivo pelo qual foram importantes para que chegasse nesse momento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, pela saúde e pelas oportunidades.

Aos meus pais, Manoel e Jesoalda, pelos valores e princípios que me foram transmitidos, assim como, as palavras de incentivo, que sempre disseram que eu poderia realizar tudo, se acreditasse e trabalhasse para isso.

Ao Fernando Carneiro de Sousa, pelo amor e companheirismo.

Meus agradecimentos ao professor Rafael Crisóstomo Alves, pela orientação, pela paciência, pelo profissionalismo e dedicação, por ter sido extremamente importante para meu desenvolvimento e crescimento acadêmico e profissional e por me conceder a oportunidade de elaborar uma pesquisa em Contabilidade Ambiental.

Agradeço também aos demais professores da Universidade de Rio Verde, que contribuíram para minha formação.

Aos colegas de graduação, por compartilharem momentos importantes em minha jornada acadêmica, em especial a Luciana Martins que me incentivou a retornar ao curso e pelo apoio durante vários momentos difíceis que dividimos ao longo desse período.

*A vida é uns deveres que nós trouxemos para
fazer em casa.
Quando se vê, já são 6 horas: há tempo...
Quando se vê, já é 6ª feira...
Quando se vê, passaram 60 anos...
Agora, é tarde demais para ser reprovado...
E se me dessem – um dia – uma outra
oportunidade,
eu nem olhava o relógio.
seguia sempre, sempre em frente...
E iria jogando pelo caminho a casca dourada
e inútil das horas.*

Mario Quintana, do livro “Esconderijos do tempo”,
1980.

RESUMO

O ensino da Contabilidade Ambiental permite alcançar a construção de conhecimento específico e de um currículo que atenda as necessidades do mercado. Para isso se torna necessário avaliar a percepção dos coordenadores do curso de Ciências Contábeis, da região Centro-Oeste, sobre o ensino dessa área específica da Contabilidade. Diante do avanço das políticas das empresas quanto a preocupação com o tema meio ambiente, se faz presente a Contabilidade Ambiental e surge a necessidade de formar profissionais contábeis com conhecimento nesse assunto. Esta pesquisa se classificou como descritiva, de caráter bibliográfica e levantamento (survey), com a aplicação de um questionário, utilizou-se do método dedutivo e documentação indireta complementada pela direta extensiva. Com o objetivo de avaliar a percepção dos coordenadores do curso de Ciências Contábeis, sobre o ensino da Contabilidade Ambiental, para realização desta pesquisa, utilizou-se uma amostra probabilística, abrangendo as Instituições de Ensino Superior da região Centro-Oeste, que possuíam o curso de bacharelado em Ciências Contábeis, e que obtiveram conceito 3, 4 e 5 no ENADE 2015. Conclui-se, a partir dos resultados encontrados que mais de 50% dos coordenadores avaliaram como importante a participação do profissional contábil na elaboração de Relatórios Contábeis Ambientais, sendo também significativos os conteúdos sobre a temática. Além disso, quando questionados sobre a relevância da relação entre a Contabilidade e a Educação Ambiental, observou-se concordância total entre os respondentes, com um percentual de 47,92%. Por fim, verificou-se que a qualificação dos profissionais, na elaboração, registros e avaliação de relatórios contábeis ambientais, é baixa, uma vez que apenas 14,58% dos coordenadores concordaram em totalidade.

Palavras-chave: Ensino. Contabilidade Ambiental. Coordenadores. Centro-Oeste.

ABSTRACT

The teaching of Environmental Accounting allows to achieve the construction of specific knowledge and a curriculum that meets the needs of the market. Therefore, it is necessary to evaluate the perception of the coordinators of the course of Accounting Sciences of the region *Centro-Oeste*, in Brazil, on the teaching of this specific area of Accounting. Faced with the advancement of corporate policies regarding environmental concerns, Environmental Accounting is present and there is a need to train accounting professionals with knowledge on this subject. This research was classified as descriptive, of bibliographic character and survey, where it was applied a questionnaire, it used the deductive method and indirect documentation complemented by the extensive direct. Aiming to evaluate the perception of the coordinators of the course in Accounting Sciences, on the teaching of Environmental Accounting, a probabilistic sample was used to carry out this research, covering the Institutions of Higher Education of the region *Centro-Oeste*, which had the course of baccalaureate in Accounting Sciences, and that obtained concepts 3, 4 and 5 in the *ENADE* 2015. Through the results, it is concluded that more than 50% of the coordinators evaluated as important the participation of the accounting professional in the elaboration of Environmental Accounting Reports, being also significant the contents on the subject. In addition, when questioned about the relevance of the relationship between Accounting and Environmental Education, there was a total agreement among the respondents, with a percentage of 47.92%. Finally, it was verified that the qualification of professionals in the preparation, recording and evaluation of environmental accounting reports is low, since only 14.58% of the coordinators agreed in totality.

Key-words: Teaching. Environmental Accounting. Coordinators. *Centro-Oeste*.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Representatividade dos respondentes por Estado	27
GRÁFICO 2 – Qualificação do profissional contábil quanto a gestão ambiental.....	28
GRÁFICO 3 – Participação do profissional contábil na elaboração de Relatórios Contábeis Ambientais.....	29
GRÁFICO 4 – O conhecimento de órgãos ambientais e critérios para licença pelos profissionais contábeis.....	30
GRÁFICO 5 – A qualificação do profissional contábil para elaborar ou avaliar Relatórios de Impacto Ambiental	31
GRÁFICO 6 – O reconhecimento do profissional de contabilidade quanto a importância da análise ambiental.....	31
GRÁFICO 7 – A qualificação do profissional contábil para proceder os registros de eventos ambientais de uma empresa.....	32
GRÁFICO 8 – Conscientização do profissional de contabilidade sobre os problemas ambientais que afligem o planeta e as organizações	33
GRÁFICO 9 – A qualificação do profissional contábil para proceder auditoria ambiental nos relatórios contábeis ambientais	33
GRÁFICO 10 – Qualificação para reconhecer um passivo ou um risco ambiental	34
GRÁFICO 11 – Responsabilidade da elaboração dos relatórios ambientais	35
GRÁFICO 12 – Tendência dos alunos a seguir profissionalmente a área ambiental.....	36
GRÁFICO 13 – Relação da educação ambiental e a Contabilidade	36
GRÁFICO 14 – Relação entre Contabilidade Ambiental x Expectativa de mercado	37
GRÁFICO 15 – Os conteúdos de Contabilidade Ambiental são conhecimentos importantes ao profissional de contabilidade	38
GRÁFICO 16 – Conhecimento das normas ambientais e suas influências na gestão.....	39
GRÁFICO 17 – Qualificação do profissional contábil para ensinar Contabilidade Ambiental	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR EM CONTABILIDADE NO BRASIL	13
2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	14
2.3 CIÊNCIA CONTÁBIL E CONTABILIDADE AMBIENTAL: CONCEITOS, OBJETIVOS E RELEVÂNCIA	16
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	19
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	19
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	21
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	23
4 ASPECTOS ÉTICOS	25
4.1 PRIVACIDADE E CONFIABILIDADE DOS DADOS	25
4.2 ANÁLISE SUCINTA DOS RISCOS E BENEFÍCIOS	25
4.3 INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE PARTICIPANTES	26
4.4 FORMA DE ABORDAGEM DOS RESPONDENTES	26
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	27
6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	41
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICES	48

1 INTRODUÇÃO

A formação do contador é uma das grandes direções a ponderar para alcançar uma posição sobre a Contabilidade (KOLIVER, 2003). É através do estudo desta Ciência que se consegue aprimorar e construir maior conhecimento, sendo necessário um local que permita essa construção. Sobre o local adequado para o estudo da Contabilidade, Marion (2001, p. 11), defende que “o local propício para a construção do conhecimento, e formação humana, a fim de atingir a competência requerida, é nas Instituições de Ensino Superior.”

Aranha (1996), contribui acrescentando que a escola não pode ser compreendida fora do contexto social e econômico onde está inserida; e Kraemer (2005) afirma que o maior desafio do ensino da Contabilidade é adequar seus aprendizes ao que a realidade econômica necessita, com responsabilidade e competência.

Nossa *et al* (2000), Iudícibus (2004) e Marion (2003) acreditam que é fator relevante e contributivo, na qualidade do ensino em Contabilidade, a inserção de currículos de educação dirigidos para a realidade do mercado. Ainda sobre esse assunto, Chauí (1990), corrobora afirmando que, para atingir tal propósito, estes currículos e programas de ensino necessitam passar por reestruturações.

Nesta ótica, analisando as necessidades do mercado, mediante ao avanço das políticas das empresas, quanto a preocupação com o tema meio ambiente, se faz presente a Contabilidade Ambiental. Maciel (2009) e Souza (2011) descrevem essa ciência como indicativo para orientar as políticas das empresas em busca de um desenvolvimento sustentável. Já Ribeiro (2005), enfatiza que o desenvolvimento da Contabilidade Ambiental deve se dar como resultado da necessidade de apresentar informações adequadas às características de uma gestão ambiental. Os gestores passaram a requerer dos profissionais contábeis um preparo maior para lidar com os problemas relacionados ao meio ambiente.

Diante da necessidade de se formar profissionais contábeis com conhecimento relacionado a Contabilidade Ambiental, surgiu a problemática de pesquisa: “Qual a percepção dos coordenadores do curso de Ciências Contábeis, da região Centro-Oeste, sobre o ensino da Contabilidade Ambiental?”.

Como decorrência do problema apresentado, o objetivo geral deste trabalho fora avaliar a percepção dos coordenadores do curso de Ciências Contábeis, da região Centro-Oeste, sobre o ensino da Contabilidade Ambiental.

Com o propósito de alcançar o objetivo geral exposto, o trabalho buscou atingir os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar o histórico do ensino da Contabilidade no Brasil, bem como da Contabilidade Ambiental;
- b) Apontar os conceitos e objetivos da Contabilidade Ambiental;
- c) Identificar as instituições de ensino superior, da região Centro-Oeste, que irão compor a amostra do estudo;
- d) Identificar e compreender a percepção dos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis quanto a temática explorada através da aplicação de questionário.

1.1 JUSTIFICATIVA

A partir do apresentado, o estudo justificou-se uma vez que, de acordo com Donaire (1999), a década de 80, foi marcada como o despertar das empresas à proteção ambiental, o qual se iniciou através de programas isolados, como os de reciclagem, e, posteriormente, alcançou os Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), integrando assim, sistemas administrativos e meio ambiente. Ribeiro (2010) ainda contempla que a temática poluição ambiental, tornou-se, nos últimos tempos, objeto de discussões, considerando a complexidade dos seus efeitos e seu progresso. No entanto, Albuquerque *et al.* (2007) complementam expondo que, no Brasil, a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável, deram início somente nos anos 90.

Neste contexto, os autores relatam que as empresas passaram a adaptar seus processos e políticas, considerando o tema ambiental, visto que, são as principais contribuidoras no processo de degradação do meio ambiente. Diante dessas adaptações, com ótica à evidenciação de informações ambientais, a Contabilidade, por meio da Contabilidade Ambiental, se torna fundamental, pois cumpre seu papel, identificando e evidenciando tais questões (ALBUQUERQUE *et al.*, 2007).

Para Monteiro e Ferreira (2006), a Contabilidade Ambiental é uma especialização da Contabilidade, que representa, econômica e financeiramente, as ações de uma entidade, que alterem seu patrimônio e afetem o meio ambiente. Portanto, observa-se que, para o exercício da Contabilidade Ambiental, é necessário que os profissionais acompanhem, e se adaptem as alterações do mercado, a fim de atender as demandas que exijam conhecimento nessa área. A ferramenta que proporciona tal conhecimento é o ensino (MARION, 2001).

Destarte, a relevância do estudo, à academia, se apresenta como um despertar, por parte dos coordenadores, à implementação dessa importante disciplina, em que não se faz presente na ementa do curso, além de contribuir, aos acadêmicos, para ampliação da construção do conhecimento sobre tal temática. Outro aspecto importante, é a possibilidade de conexão da empresa a seus diversos usuários, inclusive a sociedade, no que tange as informações contábeis ambientais.

A pesquisa se diferencia, por contemplar a região Centro-Oeste, visto que, até o momento, não há construção de estudo com essa proposta, abrangendo somente essa área. Esse fator possibilita a comparação das ementas entre as instituições, em um mesmo ambiente socioeconômico.

A pesquisa apresenta-se estruturada em seis capítulos, sendo: o capítulo primeiro, que aborda a introdução, apresentando a problemática, os objetivos e a justificativa do trabalho; o segundo que apresenta o referencial teórico, abordando o histórico do ensino superior em Contabilidade no Brasil a Ciência Contábil e Contabilidade ambiental e seus objetivos e relevância; o terceiro capítulo apresenta o proceder metodológico quanto ao tratamento do problema, perante seus objetivos, procedimentos, métodos de abordagem e coleta de dados. O quarto capítulo se direciona aos aspectos éticos envolvidos, uma vez que o estudo apresenta informações coletadas com pessoas. Em sequência, no quinto capítulo apresentam-se as discussões e resultados das análises realizadas. E por fim, o sexto capítulo exhibe as considerações finais a respeito do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será abordado um breve histórico do ensino superior em Contabilidade no Brasil, assim como sobre a Educação Ambiental no País, abordando os conceitos, objetivos e relevância da Ciência Contábil e da Contabilidade Ambiental.

2.1 HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR EM CONTABILIDADE NO BRASIL

Segundo Peléias *et al.* (2007) e Soares *et. al.* (2011), a introdução do ensino comercial no Brasil, teve seu despertar no início do século XX, neste cenário, o comércio, impulsionou a economia brasileira, e no ano de 1809, foi instaurado as Aulas de Comércio, no Rio de Janeiro e na Província do Maranhão, através do Alvará do Príncipe Regente, D. João VI, de 15 de julho. Todavia, a regulamentação oficial das aulas se deu somente com a publicação do Decreto nº 456, em 06 de julho de 1846..

Pela ótica de Iudícibus (2006), citado por Peléias *et al.* (2007) e Marion e Robles Jr (2003), é possível que a primeira universidade, com ensino superior em Contabilidade, tenha sido a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902. Porém, Strassburg (2003), aponta que a escola pioneira de Contabilidade no Brasil foi criada em São Paulo, em janeiro de 1902, na forma de Escola Prática de Comércio, sob o Decreto Federal nº 1.339.

De acordo com Sá (1997), a instituição do curso de Ciências Contábeis e Atuarias se deu pelo Decreto-Lei nº 7.988 de 1945, assinado no Rio de Janeiro, também, por Getúlio Vargas. Em 1946, pelo Decreto-Lei nº 9.295, surge o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que contribuiu para a qualidade e as características da Educação Superior da Contabilidade. Cinco anos depois, em 1951, pela Lei nº 1.401, os cursos de Ciências Contábeis foram desmembrados da parte Atuarial, possibilitando aos concluintes receberem o título de Bacharel em Contabilidade.

Na década de 60, advindo a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixaram-se as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Por intermédio desta Lei, foi criado o Conselho Federal de Educação e determinado a sua competência para instituir a duração e o currículo mínimo para cursos superiores (SILVA; MOURA, 2002). Em 1962 foi publicado, pelo

Conselho Federal de Educação, o parecer nº 397, o qual foi ratificado pela resolução CFE nº 8 de fevereiro de 1963, estabelecendo um currículo mínimo para os cursos de Economia, Atuária e Contabilidade, com o prazo de duração de quatro anos (SOARES *et al.*, 2011b; MARION e ROBLES JR, 2003). Já no ano de 1992, com a Resolução CFC nº 3 foi estabelecido os conteúdos mínimos e a duração dos cursos de graduação para Ciências Contábeis (PELEIAS *et al.*;2007).

A Lei 9.131, sancionada em 1995, deu nova redação ao art. 9º, § 2º, alínea “c”, da então LDB 4.024/61, conferindo à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação a competência para “a elaboração do projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, que orientaram os cursos de graduação, a partir das propostas a serem enviadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação ao CNE”, tal como viria a estabelecer o inciso VII do art. 9º da nova LDB 9.394, de 1996. Logo em seguida, em 2001, foi sancionada a CNE/CES 583, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES 776, de 3/12/97, onde é proposto:

- a) Perfil do formando/egresso/profissional - conforme o curso, sendo orientado pelo projeto pedagógico;
- b) Competência/habilidades/attitudes;
- c) Habilitações e ênfases;
- d) Conteúdos curriculares;
- e) Organização do curso;
- f) Estágios e Atividades Complementares;
- g) Acompanhamento e Avaliação.

Em 2003, o parecer nº 289, do Conselho Nacional de Educação, cita, em seu texto, que as Diretrizes Curriculares Nacionais, para o curso de graduação em Ciências Contábeis, devem refletir uma dinâmica que atenda aos diferentes perfis de desempenho, a cada momento, exigidos pela sociedade. Este parecer foi alterado pelo CNE/CES 269 de 16 de dezembro de 2004.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

O ensino brasileiro, com ótica para questões ambientais, reporta à 1987, no qual o parecer nº 226, aprovado pela plenária do Conselho Federal de Educação, com unanimidade, introduziu a Câmara de Ensino, em que se considerou necessária a inclusão da Educação Ambiental dentre os conteúdos a serem explorados nas propostas curriculares das escolas de 1º e 2º graus, e, também, sugeriu a criação de centros de Educação Ambiental. Além disso, a

Constituição Federal de 1988 dedica o capítulo VI ao meio ambiente, e em seu art. 225, inciso VI do § 1º, determina a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

Com o advento da Lei nº 9.795, em 27 de abril de 1999, foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental, em que traz em seu capítulo I os seguintes artigos.

Art. 1º Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999).

Ainda de acordo com o art. 9º, da referida Lei, a percepção de Educação Ambiental, no âmbito escolar, é de atribuição das instituições de ensino públicas e privadas, englobando assim, a educação superior. A supracitada lei também orienta, em seu art. 10, que: “a Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”.

A Lei ainda aponta como princípios da Educação Ambiental:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, art. 4º).

Essa lei também se reporta aos objetivos fundamentais da Educação Ambiental, nos quais, menciona em seu art. 4º, § I, a defesa do amadurecimento de uma percepção aproximada do meio ambiente e cita sua correlação com os aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; democratização das informações ambientais; fortalecimento de consciência sobre o tema ambiental e social; e o incentivo à participação individual e coletiva.

O mesmo artigo cita, em seus § II, III, IV, VI e VII, que também são objetivos fundamentais da Educação Ambiental, o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, fomento e o fortalecimento da integração entre a ciência e a tecnologia assim como o fortalecimento da cidadania.

Em 28 de janeiro de 2002, foi aprovado o parecer nº 3, que sugeriu, a inserção da disciplina Responsabilidade Social e Ambiental nos Currículos dos Ensinos Médio e Superior. O argumento defendido, foi que, a maioria das empresas não se atentam para uma gestão social e ambiental responsável, estando focadas, apenas, na melhoria da imagem e da situação financeira da entidade. Apenas, uma década após a aprovação do referido parecer, é que houve de fato a inclusão do componente ambiental na esfera do ensino superior.

De acordo com o parecer nº 14, aprovado em 06 de junho de 2012, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a responsável pela inserção do elemento ambiental, a qual já anunciava o princípio para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental: a “Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (Inciso X, do artigo 2º). Coincidentemente, a elaboração das Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental ocorreu no mesmo período da Rio+20, “Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável”.

Dessa forma, nota-se que a evolução da Educação, com a inserção do cenário Ambiental, possibilitou o crescimento e amadurecimento da Ciência Contábil, até os dias atuais.

2.3 CIÊNCIA CONTÁBIL E CONTABILIDADE AMBIENTAL: CONCEITOS, OBJETIVOS E RELEVÂNCIA

Considerando a importância do estudo da Contabilidade, faz-se necessário consultar a construção teórica de alguns autores que definem e apresentam pontos de vista a fim de proporcionar maior compreensão do assunto. Os primeiros vestígios da utilização da ferramenta Contabilidade, apresentaram-se através da utilização de fichas de barro, presentes na pré-história, sendo que o uso generalizado de um sistema contábil com registros, foi implantado somente com o acontecimento da Revolução Comercial, após o século XII (SCHMIDT, 1996).

Diante dessas considerações percebe-se que a Contabilidade sempre esteve presente, como ferramenta de controle patrimonial, até nas formas mais rudimentares da humanidade.

Partindo à conceituação desta ferramenta, Freitas e Strassburg (2007), definem Contabilidade como uma ciência que estuda o patrimônio das empresas visando o controle, avaliação e a mensuração das alterações ocasionadas a ele, com a finalidade de fornecer informações, aos diversos usuários, para a tomada de decisões.

Almeida (2002) coloca que o objetivo principal da Contabilidade é coletar, registrar, resumir, analisar e relatar, em termos monetários, informações acerca dos negócios das companhias. Tinoco e Kraemer (2004) completam que a Ciência Contábil deve considerar, não somente os aspectos financeiros e econômicos, mas também, as questões ambientais, ecológicas e sociais, dando ensejo ao contexto inerente a Contabilidade Ambiental.

Com a introdução da sustentabilidade ambiental no ambiente organizacional, foi inserido ao campo contábil a disciplina Contabilidade Ambiental. A responsabilidade socioambiental por parte das instituições é vista, como elemento de boa governança para a gestão de riscos cada vez mais regulados pelo poder público e acompanhados pelos consumidores (CERQUEIRA & MARTINS, 2004; NASCIMENTO et al, 2008)

Deste ponto, para Maciel (2009) e Souza (2011) a Contabilidade Ambiental serve como indicativo para orientar as políticas das empresas em busca de um desenvolvimento sustentável. Ribeiro (2009, p. 3-4), diz que:

Os problemas ambientais fazem necessária a adoção de soluções pelas organizações, melhorando a qualidade ambiental de suas atividades, produtos e serviços. Além de melhorar a imagem da organização, a adoção de uma política de gestão ambiental, pode gerar outros benefícios para as empresas. Dessa maneira, as empresas, em busca de novas oportunidades, passaram a preocupar-se com a variável ambiental em seus processos, promovendo mudanças na relação organização-meio ambiente, considerando este um fator competitivo com o qual se pode obter resultados positivos. Por tudo isso, o meio ambiente tornou-se uma função estratégica, que deve ser incorporadas na política das organizações.

Silva (2003, p. 81) explica que:

A contabilidade ambiental surge não tão somente para atender à finalidade exclusivamente particular e única das empresas (interesse dos sócios e acionistas em não incorrer em prejuízos), mas também à finalidade social de demonstrar em termos monetários o grau de destruição potencial em contrapartida às ações de conservação e preservação do bem maior da humanidade: o meio ambiente.

De acordo com Aleixo *et al.* (2011), a Contabilidade, ao reconhecer e mensurar os gastos e rendimentos relacionados com aspectos ambientais resultantes das atividades empresariais, colabora para a melhoria da qualidade da gestão empresarial e do funcionamento dos mercados financeiros. Maciel (2009) e Souza (2011), concluem que a Contabilidade Ambiental é uma ferramenta para alcançar os resultados para as atividades das empresas que se relacionam com o meio ambiente, servindo como indicativo para a reorganização das estruturas políticas em busca de um desenvolvimento sustentável.

Com ótica aos seus objetivos, Ribeiro (2010), expõe que a Contabilidade Ambiental apresenta os seguintes: identificar, mensurar e elucidar as transações e eventos econômico-financeiros, ocorridos em determinado período, que estejam vinculados com a proteção e recuperação ambiental, visando à demonstração da situação patrimonial de uma entidade. Kraemer (2002) complementa citando, como objetivo da Contabilidade Ambiental, a realização do registro dos impactos causados ao meio ambiente pela empresa. Ainda segundo a autora, tal registro deve seguir os princípios contábeis assim como possibilitar o melhor entendimento para o usuário da informação.

Costa e Marion (2007), ressaltam que a Contabilidade Ambiental contribui na divulgação e evidenciação das informações ambientais, pois permite que seja feita de forma segregada das informações operacionais, possibilitando assim, transparência e apresentando dados que refletem a preocupação quanto a preservação e a recuperação ambiental. Também enfatizam que a Contabilidade Ambiental é importante ferramenta para tomada de decisões dos usuários da informação.

Tinoco e Kraemer (2004) associam a Contabilidade Ambiental a três temas, o primeiro, que seria a definição de custos, despesas operacionais e passivos ambientais; o segundo, a forma de mensuração do passivo ambiental, com destaque para o decorrente de ativos de vida longa; e o terceiro, a utilização intensiva de notas explicativas e divulgação de relatórios ambientais padronizados no processo de fornecimento de informações ao público.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para Ruiz (2002), considera-se pesquisa científica o suceder de um estudo concreto e planejado que tenha sido realizado de acordo com as normas de metodologia. Segundo Bello (2009, p.24), “a metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa”. As pesquisas, como abordam Marconi e Lakatos (2002), se classificam quanto: aos Objetivos; os Procedimentos; aos Métodos de Abordagem e as Técnicas de Coleta de dados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Gil (2002), as pesquisas classificam-se, quanto aos objetivos, em: exploratória, explicativa e descritiva. O autor discorre que a pesquisa exploratória objetiva maior intimidade com o problema, de forma que possibilite a construção de questões e o torne mais claro. Já a pesquisa explicativa tem foco em identificar os fatores contributivos para a ocorrência dos fenômenos, e a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Assim, esta pesquisa fora considerada como descritiva quanto aos objetivos, sendo que envolveu a aplicação de um questionário aos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis, com o objetivo de aprimorar ideias, e posteriormente descreverá as características de determinada população.

Marconi e Lakatos (2002), explicam que os procedimentos integram a fase mais concreta da investigação e podem se classificar em: Bibliográfico; Documental; Experimental; *Ex-Post Facto*; Levantamento; Estudo de Caso e Pesquisa-Ação. Segundo Gil (2002), a pesquisa Bibliográfica tem como base materiais já elaborados, como livros e artigos científicos, os quais já receberam algum tratamento analítico. O mesmo autor cita a pesquisa documental como semelhante à bibliográfica, o que distingue é o fato de a documental prover de fontes mais diversificadas e dispersas. Para Marconi e Lakatos (2002), na pesquisa Documental a fonte de coleta de dados se limita a documentos, escritos ou não, que constituem as fontes primárias.

Gil (2002), define a pesquisa Experimental como aquela que se baseia em determinar um objeto de estudo, separar as variáveis e delimitar as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto. O autor explica que, a pesquisa *Ex-Post Facto* é feita a partir de fatos passados onde o pesquisador busca identificar situações e trabalhar sobre elas como se estivessem submetidas a controles. Ainda na ótica do autor, o Levantamento é o questionamento direto a pessoas com a finalidade de conhecer os comportamentos diante de um problema em estudo e apresentar resultados baseados em precisão estatística. Já o Estudo de Caso é a análise detalhada e exaustiva, de um ou mais objetos, que permita amplos e particularizados conhecimentos como resultado (GIL, 2002).

Gil (2002), cita (Thiollent, 1985, p. 14) para definir Pesquisa-Ação:

...um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Diante das conceituações apresentadas, esta pesquisa se classificou, quanto aos procedimentos, primeiramente como bibliográfica, pois baseou-se nas bibliografias existentes sobre o assunto, e Survey, pois através de um levantamento, houve a aplicação dos questionários, aos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis, seguido de interpretações sobre os resultados obtidos.

Na visão de Marconi e Lakatos (2003, p. 221), “método se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade”. Sob a ótica das autoras, os métodos de abordagem se classificam em: método indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético. O método indutivo tem como fundamento um estudo que parte do particular para o geral (conexão ascendente), e o dedutivo inicia-se de teorias e leis, e anuncia a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente) (MARKONI, LAKATOS, 2003). Ainda para as autoras, o método hipotético-dedutivo se principia pela percepção de um vazio nos conhecimentos, que permite formular hipóteses e, pelo processo dedutivo, prevê a ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese. E, por fim, no método dialético caminha-se para o mundo dos acontecimentos através de ação recíproca, de contradição e de mudança dialética, que ocorre na natureza e na sociedade (MARCONI E LAKATOS, 2003).

A presente pesquisa utilizou-se o método de abordagem dedutivo, considerando que o estudo parte do aperfeiçoamento de teorias já existentes.

Marconi e Lakatos (2003 p. 174) elucidam que “técnicas são consideradas como um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência, são, também, a habilidade para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos”. As autoras apresentam duas grandes divisões: documentação indireta, que abrangem a pesquisa documental e a bibliográfica; e documentação direta que subdivide em: observação direta intensiva e observação direta extensiva. Para as autoras, a documentação direta é um levantamento de dados feito onde os fenômenos ocorrem, pode ser pesquisa de campo ou de laboratório. Já na observação direta intensiva são utilizadas as técnicas de observação e entrevista e na observação direta extensiva são utilizadas as técnicas: questionário, formulário, medidas de opinião e de atitudes, testes, sociometria, análise de conteúdo, história de vida e pesquisa de mercado (MARCONI E LAKATOS, 2003).

A presente pesquisa utilizou-se da documentação indireta complementada pela documentação direta extensiva, por meio dos questionários elaborados.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população, a ser considerada neste estudo, fora todas as Instituições de Ensino Superior do Centro-Oeste, que tenham o curso de Ciências Contábeis, que totalizam **196** Instituições, de acordo com o sítio do Ministério da Educação. Essas informações foram extraídas através de consulta no sítio do EMEC, que buscou pelo curso de graduação a nível de bacharelado em Ciências Contábeis, na modalidade presencial, com situação ativa na região Centro-Oeste.¹

A amostra da presente pesquisa, contemplou, primeiramente, apenas àquelas que obtiveram conceito 3, 4 e 5 no ENADE 2015 configurando um total de 54 Instituições. Para determinação final da amostra, a seleção fora determinada a partir do nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, totalizando 48. Foi utilizada a calculadora amostral disponibilizada em sítio internet (<https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>) para realizar o cálculo.

¹ Consulta realizada no dia 24/08/2018, às 23:00h, no sítio emec.mec.gov.br.

TABELA 1 – Amostra da pesquisa

UF	INSTITUIÇÕES (IES)	ENADE
GO	UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	5
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	5
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (APARECIDA DE GOIÂNIA)	4
	CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA	4
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (ANÁPOLIS)	4
	FACULDADE DE PIRACANJUBA	3
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (URUAÇÚ)	3
	FACULDADE ALFREDO NASSER	3
	UNIVERSIDADE PAULISTA	3
	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE CATALÃO	3
	FACULDADE NOROESTE	3
	INSTITUTO APHONSIANO DE ENSINO SUPERIOR	3
	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	3
	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	3
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (JARAGUÁ)	3
	FACULDADE JATAIENSE	3
	INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE ITUMBIARA	3
	FACULDADE ARAGUAIA	3
	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS	3
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (MORRINHOS)	3
FACULDADE UNIDA DE CAMPINAS	3	
DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	5
	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO / AGUAS CLARAS	5
	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO / ASA SUL	5
	CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL – UNIPLAN	3
	FACULDADES INTEGRADAS DA UPIS	3
	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	3
	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	3
	FACULDADE ICESP DE BRASÍLIA	3
	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BRASÍLIA	3
	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL PROFESSOR APARECIDO DOS SANTOS	3
	UNIVERSIDADE PAULISTA	3
MT	FACULDADES UNIDAS DO VALE DO ARAGUAIA	4
	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS DO ARAGUAIA	4
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (RONDONÓPOLIS)	4
	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	3
	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE GUARANTÃO DO NORTE	3

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (CUIABÁ)	3
	FACULDADE FASIPE	3
	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO VALE DO SÃO LOURENÇO	3
	FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E DE ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO JURUENA	3
	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE MATO GROSSO	3
	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, GERENCIAIS E EDUCAÇÃO DE SINOP	3
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	4
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	4
	FACULDADE UNIGRAN CAPITAL	4
	FACULDADES MAGSUL	4
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (TRÊS LAGOAS)	4
MS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (CORUMBÁ)	4
	FACULDADES INTEGRADAS DE TRÊS LAGOAS	3
	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS	3
	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	3
	FACULDADE DE PONTA PORÃ	3
	UNIVERSIDADE ANHANGUERA	3

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A partir da Tabela 1, observa-se que a amostra está assim subdivida: 11 instituições localizadas no Distrito Federal; 11 no estado de Mato Grosso; 11 em Mato Grosso do Sul; e 21 localizadas no estado de Goiás, totalizando o estudo com 54 Instituições de Ensino Superior.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Com o intuito de responder a problemática de pesquisa e atender ao objetivo traçado foi utilizado um questionário, adaptado do estudo de Souza (2006), que se encontra no apêndice deste, elaborado na forma de formulário, que foi avaliado por meio da Escala de Likert, em que as respostas para cada item variam segundo o grau de intensidade. Essa escala possui categorias ordenadas, igualmente espaçadas e com o mesmo número de opções em todos os itens, é geralmente utilizada em pesquisas organizacionais (ALEXANDRE; FERREIRA, 2001 citado por ALEXANDRE *et al.*, 2003). Foi atribuído um número a cada

resposta, em uma escala de 1 a 5 que reflete a direção da posição do respondente relacionada a cada afirmação.

As análises foram realizadas por meio da quantificação da Escala de Likert, utilizando-se de software de planilhas eletrônicas, e posterior construção de gráficos, para melhor visualização dos resultados encontrados.

4 ASPECTOS ÉTICOS

De acordo com a resolução nº 466/12, de Outubro de 1996 do CNS, toda pesquisa só deve ser realizada após ser submetida a uma comissão de ética para aprovação dos procedimentos a serem adotados. Sendo assim, a coleta de dados se iniciou depois da aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da Universidade de Rio Verde-GO.

Antes da aplicação do Questionário, foi enviado por e-mail ao participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, (Apêndice A), que foi assinado, escaneado e enviado a pesquisadora eletronicamente via e-mail, podendo o mesmo, a qualquer momento, desistir da pesquisa.

Através deste procedimento, o participante foi totalmente informado dos objetivos da pesquisa de modo a compreender o motivo de sua participação e contribuição à mesma.

4.1 PRIVACIDADE E CONFIABILIDADE DOS DADOS

Foi mantido a confidencialidade e o sigilo de toda a pesquisa. Os participantes não foram identificados em nenhum momento e as informações dos participantes adquiridas no decorrer da pesquisa, ficarão a disposição somente das pessoas que fazem parte dessa investigação, ou seja, a acadêmica e o seu orientador. Os dados foram apresentados nos resultados, mas não foi possível identificar nenhum participante isoladamente. Os resultados poderão ser submetidos a apresentações em congressos locais e nacionais e em revistas especializadas, sem identificação dos respondentes.

Após o término da pesquisa, os resultados obtidos da coleta de dados ficarão armazenados pela pesquisadora responsável em um lugar seguro, durante cinco anos, sob a responsabilidade da mesma. O material dos dados será devidamente incinerado após cinco anos do término da pesquisa.

4.2 ANÁLISE SUCINTA DOS RISCOS E BENEFÍCIOS

Os riscos foram mínimos. Poderia ter ocorrido algum desconforto ao responder as questões solicitadas. Como precaução para amenizar os possíveis riscos aos participantes, os

mesmos foram instruídos antes do procedimento de que se sentissem algum desconforto ou algum tipo de constrangimento nas perguntas abordadas, poderiam deixá-la sem resposta. Como também fora informado verbalmente e através do TCLE, que poderiam deixar de participar da pesquisa em qualquer momento, sem sofrer nenhuma pressão.

Quanto aos benefícios, não foram diretos e imediatos aos participantes, porém, foram direcionados indiretamente aos entrevistados, pois através dela, houve uma contribuição à academia, se apresentando como um despertar, por parte dos coordenadores, à implementação, dessa importante disciplina, em que não se faz presente na ementa do curso, além de ter contribuído, aos acadêmicos, para ampliação da construção do conhecimento sobre tal temática.

4.3 INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE PARTICIPANTES

Quanto aos critérios de inclusão na pesquisa, foram os coordenadores do sexo masculino e feminino, que estavam sob exercício de suas funções, no semestre de 2018/2, e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Participaram também, aqueles que não se sentiram desconfortáveis ou não desistiram durante o preenchimento do questionário, uma vez que a participação foi voluntária e poderiam desistir a qualquer momento.

Quanto aos critérios de exclusão foram aplicados aos coordenadores que não assinaram o TCLE ou que assinaram e que por quaisquer motivos desistiram de preencher o questionário. Desta forma, os acima citados foram excluídos da amostra, ressaltando que a participação de todos foi voluntária sendo permitida a desistência a qualquer momento.

4.4 FORMA DE ABORDAGEM DOS RESPONDENTES

Os coordenadores que participaram da pesquisa foram abordados de forma individual, através de e-mail. De início fora explicado o objetivo da pesquisa, seguindo o anexo do TCLE. Assim, somente os coordenadores que assinaram o termo, participaram do estudo.

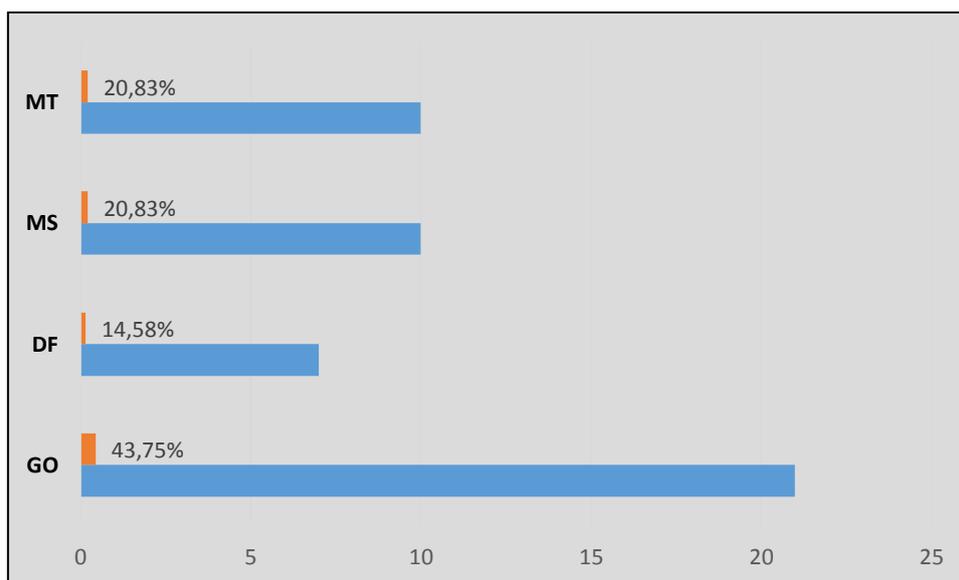
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Essa seção apresenta a análise dos resultados obtidos de acordo com a coleta de dados junto aos coordenadores do curso de Ciências Contábeis, na modalidade presencial, com situação ativa na região Centro-Oeste, que obtiveram conceitos 3, 4 e 5 no ENADE 2015, de acordo com a metodologia proposta e obedecendo os aspectos éticos, especificados nos capítulos 3 e 4, respectivamente.

É imprescindível ressaltar, que das 54 Instituições componentes da amostra, apenas 48 participaram da pesquisa, através da resposta do questionário. Assim sendo, esta análise será apresentada através de gráficos relacionados as questões aplicadas, presentes no Apêndice B deste trabalho.

O quesito avaliado no Gráfico 1 contempla a representação dos participantes da presente pesquisa por Estado.

GRÁFICO 1 – Representatividade dos respondentes por Estado

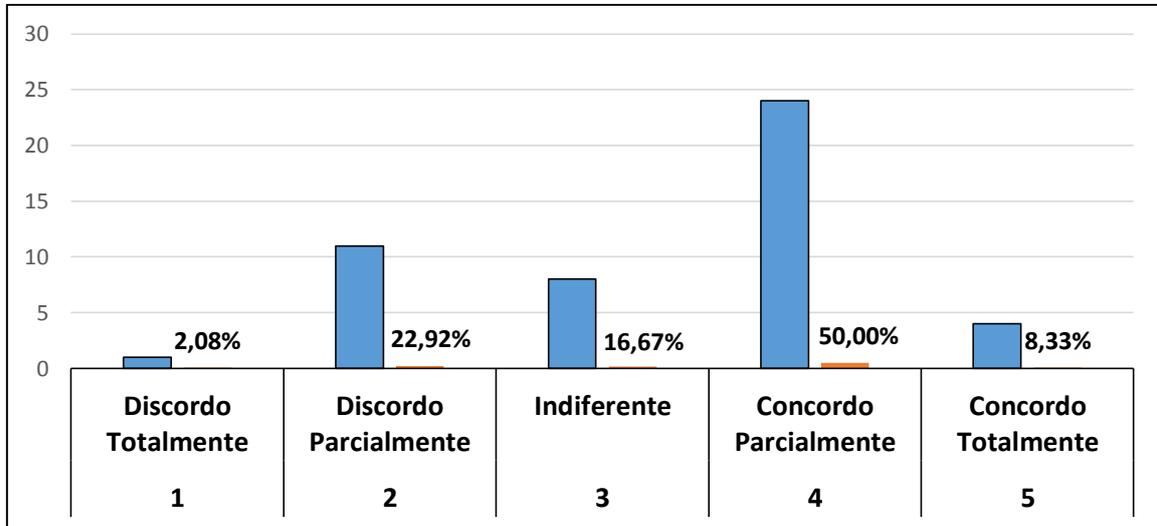


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Diante da amostra do estudo, observa-se que o Estado de Goiás, além de representar o maior número da amostra, também configurou o maior número entre os respondentes da pesquisa, com o percentual de 43,75%. O Estado com menor representatividade foi o Distrito Federal com 14,58%.

Os itens apresentados no Gráfico 2 tiveram como objetivo analisar se o ensino em Contabilidade Ambiental, no curso de Ciências Contábeis, permite que o profissional apresente-se qualificado para exercer atividades em gestão ambiental.

GRÁFICO 2 – Qualificação do profissional contábil quanto a gestão ambiental

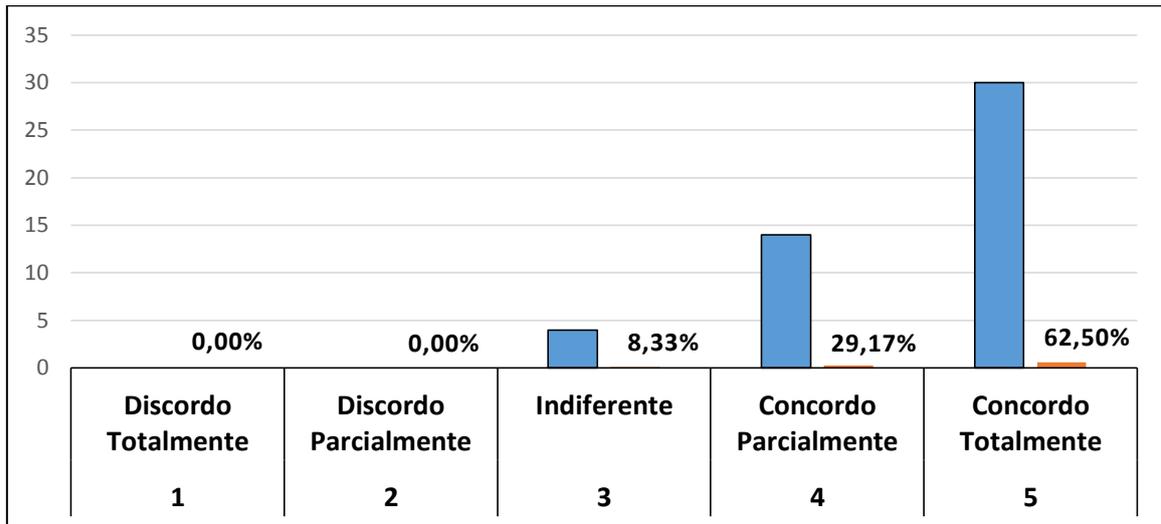


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Verificando os índices apresentados, pode-se constatar que, de acordo com a percepção dos coordenadores, o índice com maior representatividade foi “Concordo Parcialmente” com percentual de 50%. Conclui-se que há uma insegurança em atestar na totalidade a afirmativa em questão, pois apenas 8,33% “Concordaram Totalmente”.

O Gráfico 3 demonstra se a participação do profissional de contabilidade na elaboração de Relatórios Contábeis Ambientais é fundamental.

GRÁFICO 3 – Participação do profissional contábil na elaboração de Relatórios Contábeis Ambientais

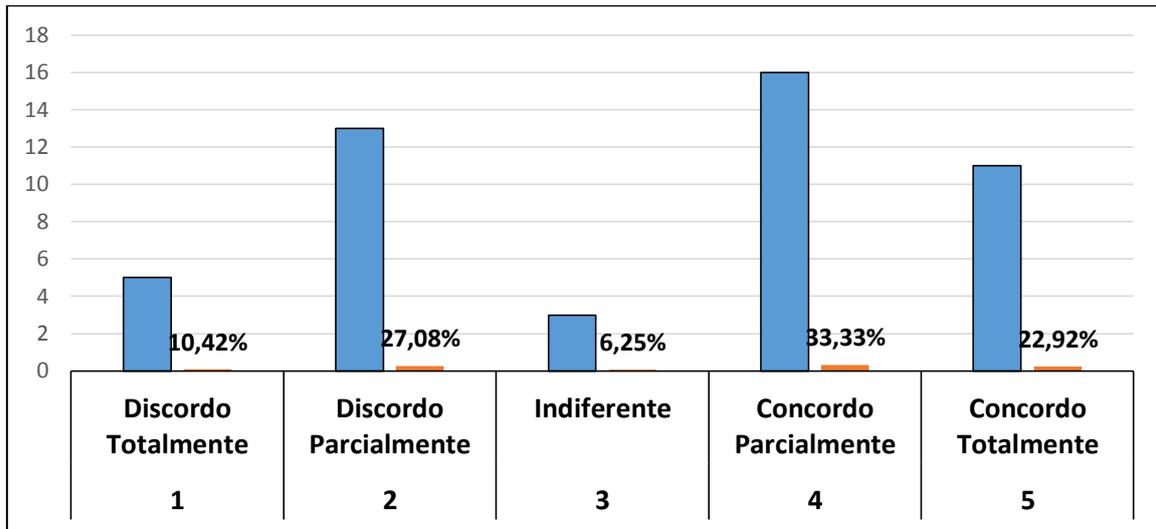


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Examinando o Gráfico 3, identifica-se que 62,50% dos coordenadores avaliaram a questão com concordância total. O resultado encontrado atesta a responsabilidade exigida pela NBCT 15 Informações de Natureza Social e Ambiental, a qual afirma, em seu item 15.3.2, que: “As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade.” (NBCT 15, 2004).

O Gráfico 4 apresenta sobre o quesito “conhecimento” que teve como finalidade identificar se os profissionais de contabilidade têm construção acadêmica para conhecer órgãos ambientais e critérios para licença ambiental.

GRÁFICO 4 – O conhecimento de órgãos ambientais e critérios para licença pelos profissionais contábeis

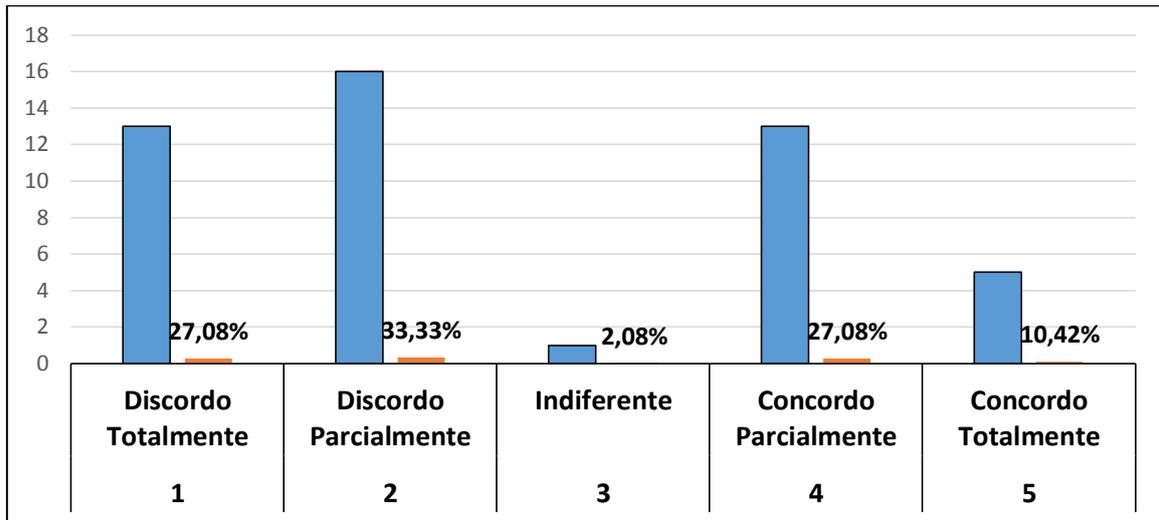


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Pode-se observar que há uma diferença de 12,50 % quando comparado “Concordo Totalmente” e “Discordo Totalmente”, enquanto os números de “Concordo Parcialmente” tem uma diferença pequena (6,25%), em relação a “Discordo parcialmente”. Analisando os resultados em conjunto, pode-se perceber que há uma semelhança de opiniões favoráveis e contrárias parciais a assertiva em questão. Entende-se que, de acordo com a opinião dos respondentes, esse fator é relevante diante ao cenário atual, em que o governo e órgãos de defesa são cada vez mais rígidos com as questões ambientais.

O Gráfico 5 apresenta o quesito “qualificação”, que teve como finalidade, avaliar se o profissional de contabilidade tem aptidão para elaborar e avaliar os Relatórios de Impacto Ambiental.

GRÁFICO 5 – A qualificação do profissional contábil para elaborar ou avaliar Relatórios de Impacto Ambiental

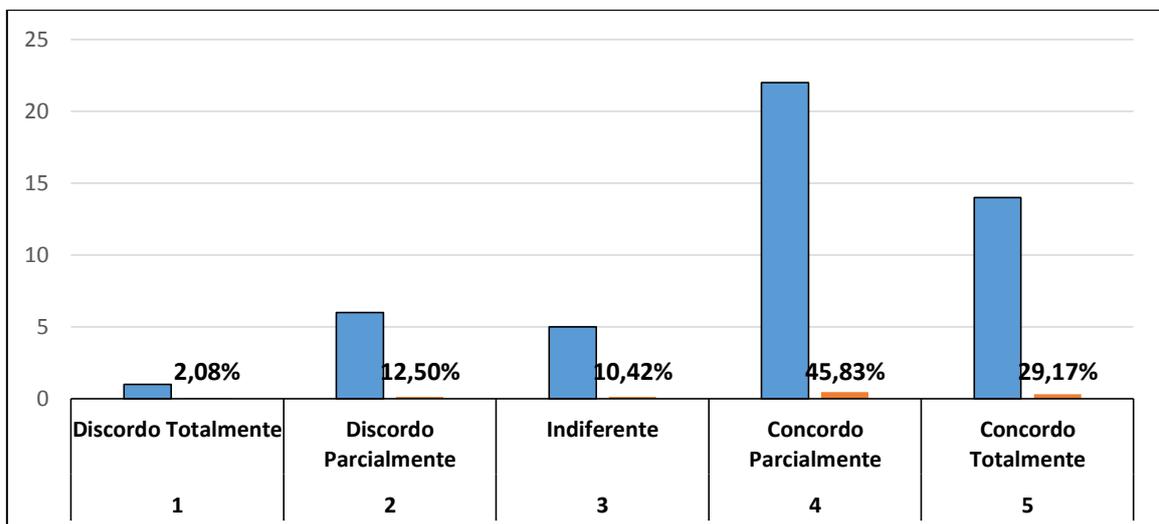


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Analisando os resultados, observa-se que há uma tendência de opiniões contrárias a questão, sendo que 27,08% “Discordam totalmente” contra 10,42 % que “Concordam Totalmente”, os resultados parciais também são maiores para o item Discordo Parcialmente. Diante do exposto, constata-se, na visão dos participantes, que 89% dos profissionais de contabilidade não estão totalmente qualificados para o item em questão, que é de extrema importância para as empresas que necessitam deste trabalho.

O Gráfico 6 refere-se ao reconhecimento da importância que o profissional de contabilidade tem em relação a análise ambiental para proteger o patrimônio da empresa.

GRÁFICO 6 – O reconhecimento do profissional de contabilidade quanto a importância da análise ambiental

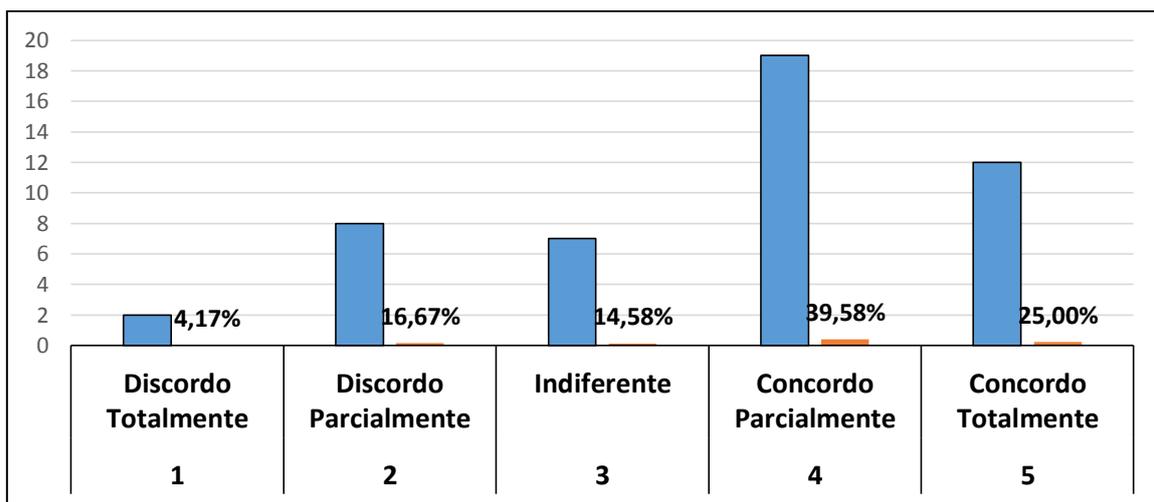


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observa-se que 75 % das respostas afirmam que há essa percepção, sendo 45,83% parcial e 29,17% total, sobrepondo os resultados negativos. Sendo assim, pode-se afirmar que, na opinião dos coordenadores, mesmo os profissionais contábeis não tendo o preparo técnico suficiente, eles sabem e reconhecem a importância da análise ambiental como ferramenta para o princípio de continuidade da empresa.

O Gráfico 7 avalia a qualificação do profissional contábil para atuar em registros dos eventos ambientais de uma empresa.

GRÁFICO 7 – A qualificação do profissional contábil para proceder os registros de eventos ambientais de uma empresa

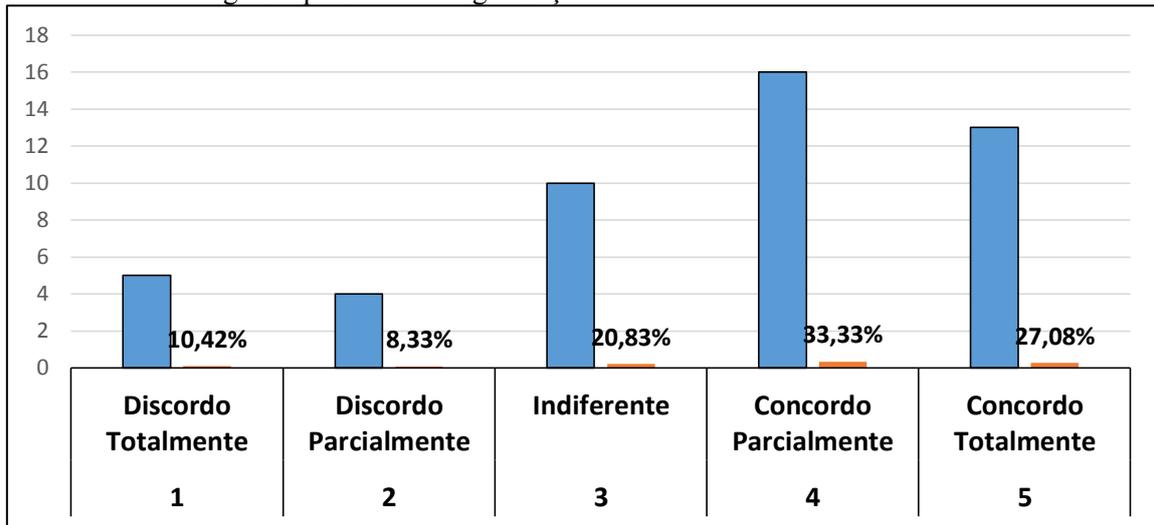


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nota-se que do total da amostra, apenas 12 coordenadores certificam que há total qualificação desses profissionais. Diante do resultado encontrado, pode-se observar que na visão dos coordenadores, falta competência para exercerem uma das funções do contador, como explana Paiva (2006, p.13), sobre as funções da Contabilidade: “Cabe à contabilidade a formulação de parâmetros de mensuração e registro que permitam o acompanhamento da convivência da empresa com o meio ambiente e a evolução econômica e patrimonial de tal relação, no decorrer do tempo.”

O Gráfico 8 teve como objetivo exibir se os profissionais de contabilidade têm consciência dos problemas ambientais que consternam o planeta e as organizações.

GRÁFICO 8 – Conscientização do profissional de contabilidade sobre os problemas ambientais que afligem o planeta e as organizações

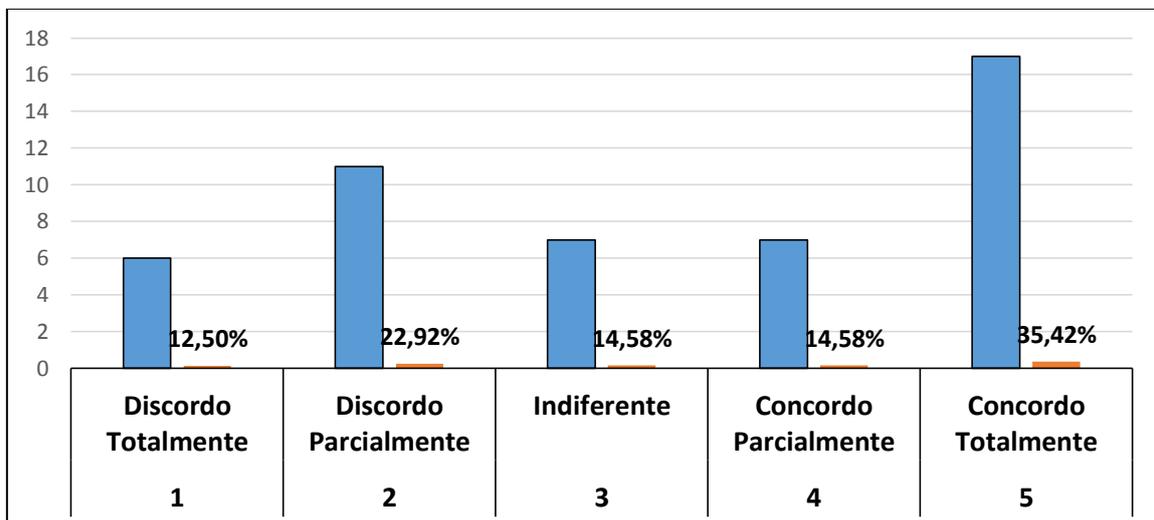


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Analisando os itens do gráfico, identifica-se que 60,41% estão entre os níveis de concordância. Dos 48 coordenadores que participaram da pesquisa, apenas 5 “Discordaram Totalmente”. Dessa forma, constata-se que, pela visão dos participantes da pesquisa, esses profissionais tem a compreensão dos problemas expostos, uma vez que, está cada vez mais evidente essa temática nas pautas sobre os rumos do planeta devido a diversos fatores, tais como o aquecimento global, o efeito estufa e a escassez de recursos naturais, que vêm acompanhados do crescimento econômico desenfreado.

O Gráfico 9 representa se o profissional contábil encontra-se capacitado para realizar auditoria ambiental nos relatórios contábeis ambientais.

GRÁFICO 9 – A qualificação do profissional contábil para proceder auditoria ambiental nos relatórios contábeis ambientais

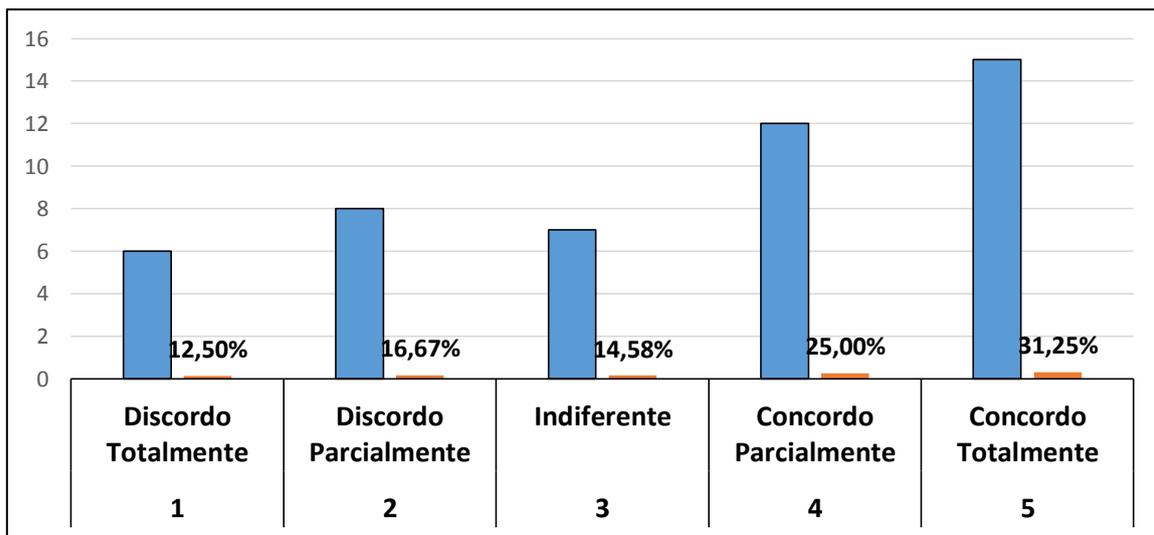


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nota-se na análise global dos itens, que 50% estão entre os níveis de concordância, e 50% estão entre os níveis de discordância e indiferença. Na análise individual, 35,42% concordam totalmente com a questão em evidência. A partir do exposto, pode-se afirmar que, diante do entendimento dos coordenadores, este resultado provém do enquadramento da disciplina Auditoria Contábil que se encontra obrigatória na grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis e permite embasamento teórico para tal prática.

O Gráfico 10 expõe sobre o atributo do profissional de contabilidade no reconhecimento de um passivo ou um risco ambiental nos relatórios contábeis.

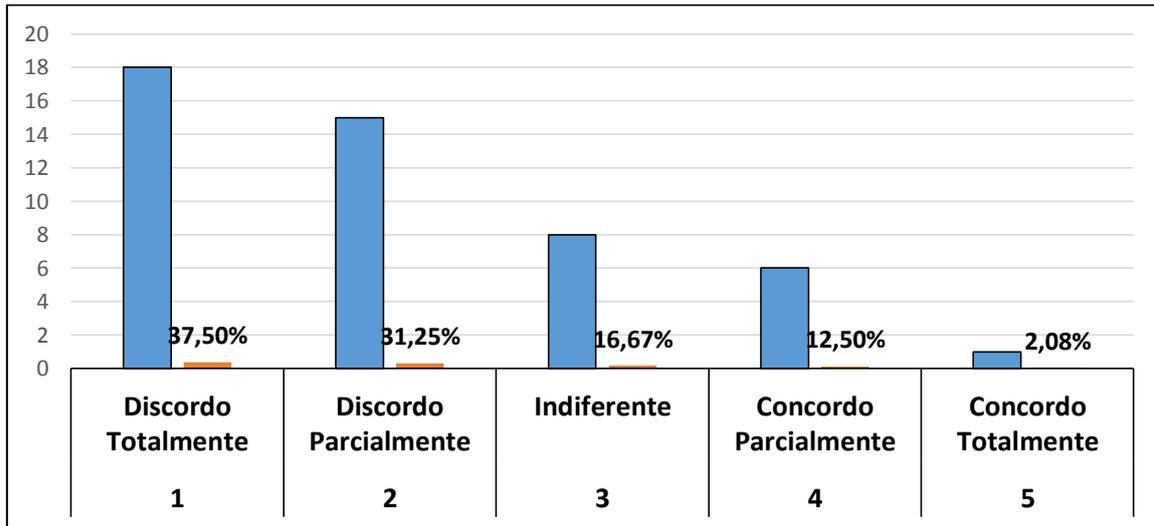
GRÁFICO 10 – Qualificação para reconhecer um passivo ou um risco ambiental



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Analisando os resultados, nota-se que a maioria dos coordenadores, sendo 27, concordam parcial ou totalmente com a questão exposta. A menor avaliação ficou em “Discordo Totalmente”, com 6 contribuições. Diante desses resultados, pode-se avaliar que os contadores têm qualificação para reconhecimento dos riscos na visão dos respondentes.

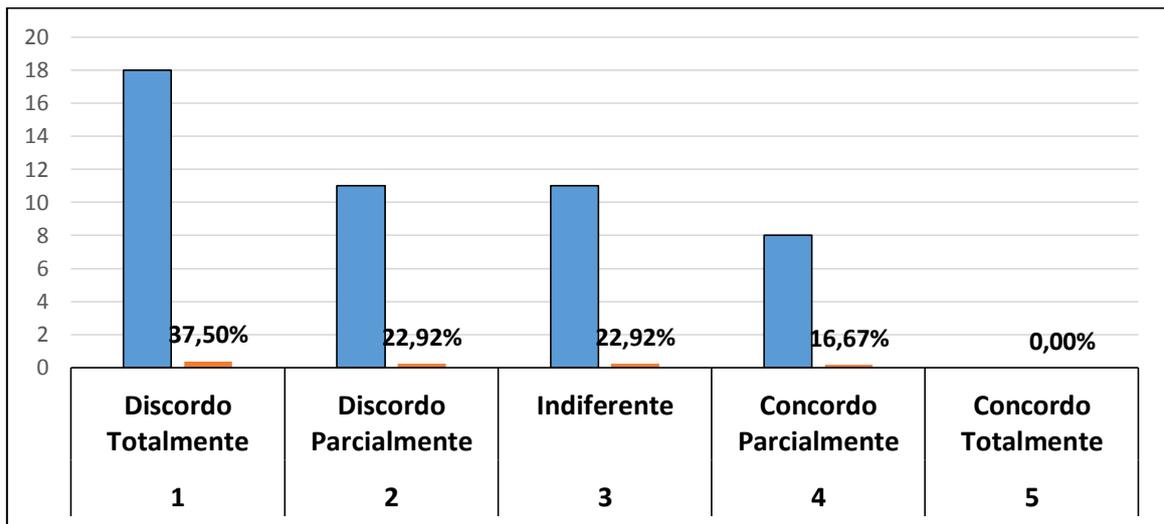
O Gráfico 11 objetiva-se apontar se os relatórios ambientais devem ser elaborados somente por profissionais de contabilidade.

GRÁFICO 11 – Responsabilidade da elaboração dos relatórios ambientais

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Diante dos resultados encontrados, verifica-se que 37,50% “Discordam Totalmente” deste quesito sendo que apenas 2,08% “Concordam Totalmente”. O resultado encontrado vai em consonância ao exposto na Resolução CONAMA Nº 001/86 onde é definido que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é o conjunto de estudos realizados por especialistas de diversas áreas, com dados técnicos detalhados, e o Relatório de Impacto Ambiental, (RIMA), refletirá as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), ou seja, os relatórios ambientais podem ser realizados por outros especialistas. Este resultado reafirma o apresentado no Gráfico 5, onde abordou se havia qualificação do profissional contábil para elaborar os Relatórios de Impacto Ambiental, 60,4% dos respondentes avaliou o item com discordância.

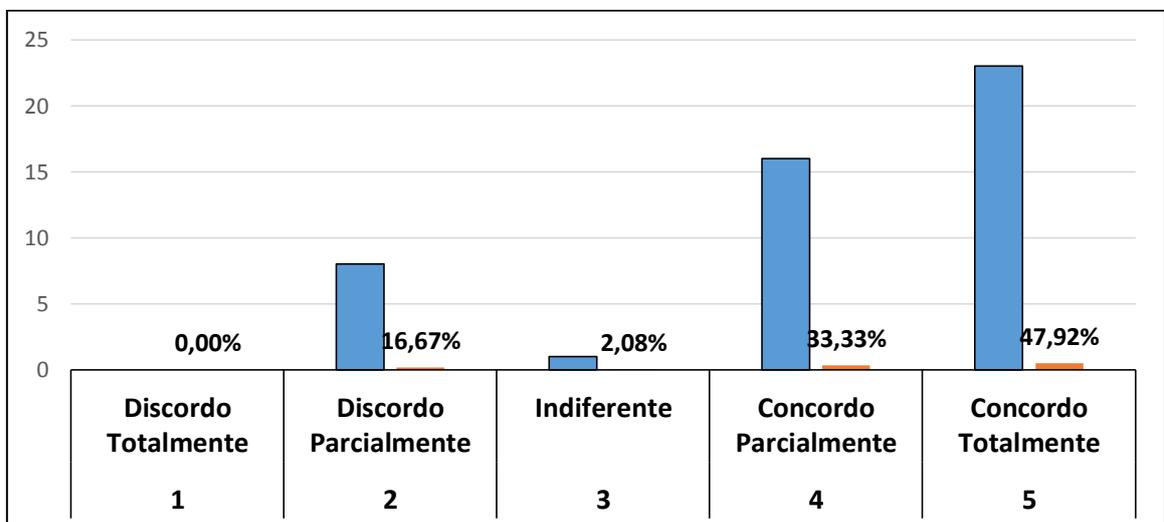
No Gráfico 12 é exibido se os acadêmicos tem propensão em seguir carreira na área ambiental.

GRÁFICO 12 – Tendência dos alunos a seguir profissionalmente a área ambiental

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com resultados encontrados, verifica-se que a maioria dos coordenadores, 37,50%, discordam totalmente deste quesito e nenhum apostou totalmente nessa tendência de carreira pelos acadêmicos. Ao analisar esses resultados, apura-se que os alunos tendem a seguir outras ramificações da contabilidade no mercado de trabalho. Apesar de haver demanda do mercado em ter profissionais capacitados a proceder operações de natureza contábil ambiental, nenhum dos coordenadores acredita que os acadêmicos seguirão essa área.

O Gráfico 13 aponta se existe uma ligação da Contabilidade com a educação ambiental

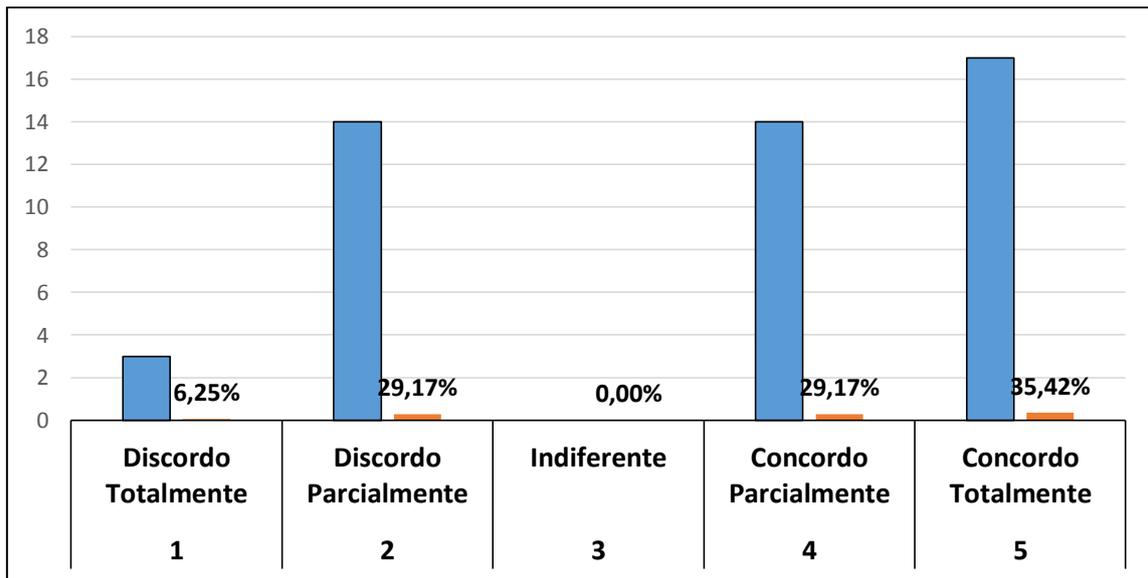
GRÁFICO 13 – Relação da educação ambiental e a Contabilidade

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Analisando os dados encontrados, foi alcançado um resultado de “Concordo Totalmente” de 47,92% e “Concordo Parcialmente” de 33,33%. Esses números expressam o que a questão queria confirmar, a importância da inserção da Educação Ambiental no âmbito da Contabilidade.

O Gráfico 14 tem como propósito apresentar se há vínculo entre Contabilidade Ambiental e expectativa do mercado.

GRÁFICO 14 – Relação entre Contabilidade Ambiental x Expectativa de mercado

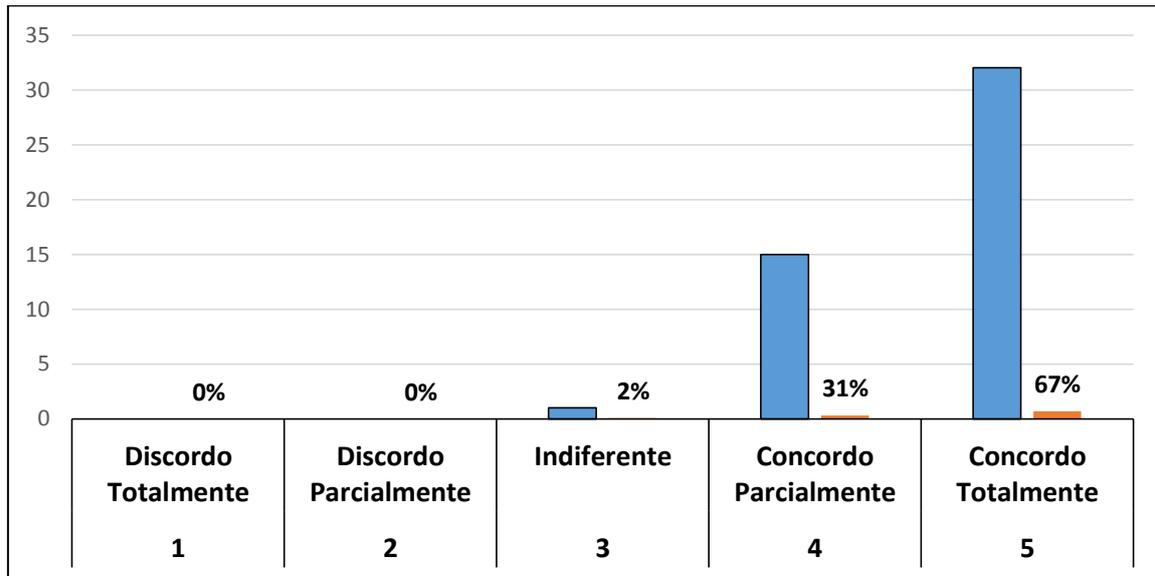


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com os números obtidos, verifica-se que a maior participação foi para “Concordo Totalmente” com 17 apostas, as parcialidades de concordância e discordância obtiveram empate em 14 respostas. Diante do resultado encontrado, constata-se que, na visão dos coordenadores, há expectativa de mercado em ter profissionais da área contábil capacitados para proceder operações de natureza ambiental.

O Gráfico 15 avalia se os coordenadores julgam importante os conteúdos de Contabilidade Ambiental.

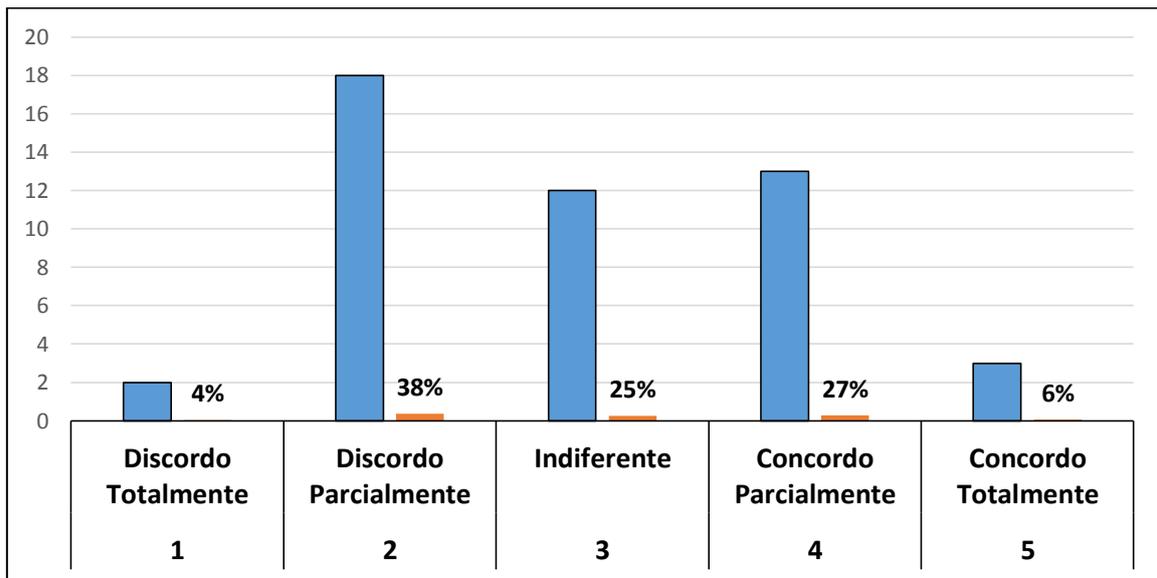
GRÁFICO 15 – Os conteúdos de Contabilidade Ambiental são conhecimentos importantes ao profissional de contabilidade



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Diante do resultado exposto, verifica-se que a maioria dos respondentes, “Concordam Totalmente” e “Concordam Parcialmente”, sendo 67% e 31% respectivamente, nenhum coordenador apontou discordar parcial ou totalmente. A partir deste resultado, pode-se constatar que, no entendimento dos respondentes, esse conhecimento é fator indispensável para a formação de um profissional contábil apto a atuar sem dificuldades no mercado de trabalho.

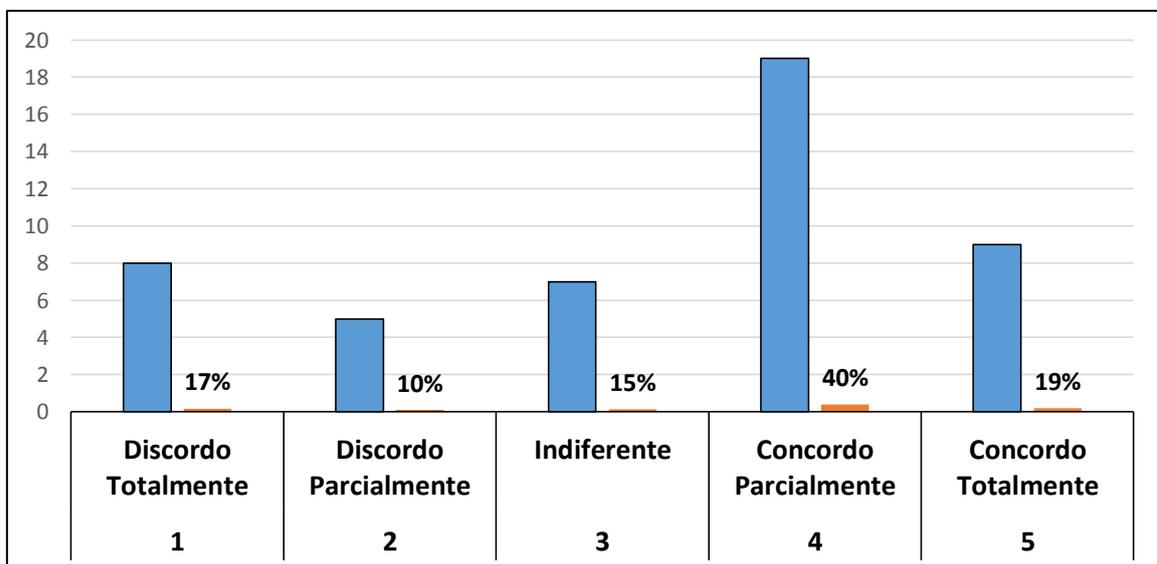
O Gráfico 16 expõe se o profissional de contabilidade distingue as normas ambientais e suas interferências na gestão da organização.

GRÁFICO 16 – Conhecimento das normas ambientais e suas influências na gestão

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Diante dos resultados encontrados, verifica-se que o maior índice com um percentual de 38% foi “Discordo Parcialmente” sendo que, apenas 6% concordaram em totalidade. Diante do encontrado, nota-se que não há esclarecimento suficiente dos fatos expostos pelos profissionais contábeis. Isso dificulta a atuação deles no mercado de trabalho, visto que, cada vez mais há requisitos de capacitação quanto ao conhecimento das exigências ambientais assim sendo utilizada como ferramenta da administração.

O Gráfico 17 denota se o profissional de contabilidade tem qualificação para ministrar a disciplina de Contabilidade Ambiental.

GRÁFICO 17 – Qualificação do profissional contábil para ensinar Contabilidade Ambiental

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Analisando os resultados encontrados, constata-se que 19 coordenadores concordaram parcialmente contra 20 que ficaram entre os níveis de discordância e indiferença. Diante desse resultado, de acordo com o pensamento dos respondentes, fica claro que o papel de magistério não pode ser declarado a esses profissionais pois não há qualificação necessária para o exercício desse ofício, que exige muito domínio da disciplina através do conhecimento.

6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Durante a realização da pesquisa, observaram-se algumas limitações, a serem consideradas: primeiramente, a dificuldade de falar por telefone com os coordenadores para confirmar o recebimento do questionário, alguns, de acordo com secretários só atenderiam pessoalmente e com horário marcado. Porém depois de muita insistência foi alcançado essas verificações. Outra dificuldade foi a demora para obter os resultados, foram enviados cerca de 4 lembretes para alguns coordenadores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos crescentes problemas ambientais, apresenta-se a necessidade de explorar o tema além dos aspectos amplos, onde a Contabilidade, como ciência, pode oferecer meios de aferição econômica dos eventos ambientais. Diante da necessidade de se formar profissionais contábeis com conhecimento relacionado a Contabilidade Ambiental, se fez necessário investigar a percepção dos coordenadores do curso de Ciências Contábeis, da região Centro-Oeste, sobre o ensino da Contabilidade Ambiental.

Como resposta a problemática, alguns resultados encontrados foram, nos Gráficos 3 e 17, respectivamente, 62,50% dos coordenadores avaliaram que a participação do profissional contábil na elaboração de Relatórios Contábeis Ambientais é fundamental e 67% consideraram que os conhecimentos de conteúdo de Contabilidade Ambiental são importantes para a profissão contábil. Este resultado contrapõe os encontrados nos Gráficos 2, 5 e 7, onde foi apresentado concordância total quanto a qualificação desses profissionais para exercer atividades em gestão de apenas 8,33%, elaborar e avaliar Relatórios de Impacto Ambiental 10,42% e proceder registros ambientais 25%. Como pode-se observar, existe a consciência tanto da importância do Ensino em Contabilidade Ambiental quanto da lacuna na educação desta relevante disciplina.

Outros resultados importantes foram apresentados nos Gráficos 6, 8 e 15, onde respectivamente, sobre o reconhecimento da importância que o profissional contábil tem em relação a análise ambiental para proteger o patrimônio da empresa, obtém-se entre as concordâncias totais e parciais 75%; sobre a existência de conscientização dos problemas ambientais que afligem o planeta e as organizações auferiu-se entre as concordâncias totais e parciais 60,41%, sobre a relação entre a Contabilidade Ambiental e a expectativa de mercado alcançou-se entre as concordâncias totais e parciais 64,59%. Observa-se ao analisar o Gráfico 13, que apresentou a tendência dos alunos a seguir profissionalmente a área ambiental, que nenhum coordenador “Concordou Totalmente” e 37,50% “Discordaram Totalmente”. Ou seja, mesmo diante do reconhecimento da importância, da conscientização e da expectativa do mercado não há apostas de profissionais predispostos a esse nicho de mercado.

Por fim, no Gráfico 14 foi exposto se há uma ligação da Contabilidade com a educação ambiental, obteve-se em sua maioria, 47,92% de concordância total. Este resultado afirma o objetivo deste estudo, que é mostrar a relevância da inserção do Ensino da

Contabilidade Ambiental nas ementas das Instituições a fim de contribuir para evolução do ensino, formar profissionais capacitados para atender as exigências do mercado. O profissional contábil tem muito a contribuir com as empresas e com a sociedade através da Contabilidade Ambiental, registrando a relação entre as entidades e o meio ambiente e consequentemente evitando que a população pague o preço pela falta de evidenciação dessa relação. Através disso haverá o destaque e o reconhecimento desse importante papel desses profissionais em termos sociais.

Como recomendação para trabalhos futuros, sugere-se um aumento na população, abrangendo outros estados, que seja feita uma análise em conjunto com as ementas das faculdades para se obter uma comparação de acordo com a realidade de cada Instituição.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. H. M. de. et. al. *Demonstrações Contábeis: Um Estudo da Contribuição à Tomada de Decisões Ambientalmente Saudáveis*. In: Engema – Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 9, Curitiba, 9, 2007. Anais Eletrônicos... Disponível em: <www.engema.up.edu.br/arquivos/engema/pdf/pap0262.pdf> Acesso em: 01 mar. 2008.

ALEIXO, M. C. et al.. 2011. *A divulgação da informação ambiental: o caso das empresas do PSI20*. Trabalho apresentado em XVI Congresso AECA - Nuevo modelo económico: Empresa, Mercados y Culturas, In Publicaciones del XVI Congreso AECA. Granada

ALMEIDA, M. C. *Curso básico de contabilidade*. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002. 30 p.

ARANHA, M.L.A. *Filosofia de educação*. 2º ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BELLO, J. L. de P. *Metodologia científica: manual para elaboração de monografias*. Universidade Veiga de Almeida – UVA, 2009. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/mc200901.pdf>>. Acesso em: 01 jan.2015.

BRASIL. Decreto n. 456, de 6 de julho de 1846. *Manda executar o regulamento da aula do commercio da cidade do Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil*. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-456-6-julho-1846-560426-publicacaooriginal-83232-pe.html>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. Decreto n. 1.339, de 9 de janeiro de 1905. *Declara instituições de utilidade pública a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece diplomas por ella conferidos, como de caracter oficial; e dá outras providências*. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-publicacaooriginal-135659-pl.html>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. Decreto-Lei n. 7.988, de 22 de setembro de 1945. *Dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais*. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. Decreto-Lei n. 9.295, de 27 de maio de 1946. *Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências*. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9295-27-maio-1946-417535-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. Lei n. 1.401, de 31 de julho de 1951. *Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de Historia Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 fev.2015.

_____. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Disponível em: <URL:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 01 nov. 2018.

_____. Resolução n. 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

_____. NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE – NBC T-15. Evidenciação das informações de natureza social e ambiental. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t15.htm> NBC - 15 >. Acesso em: 05 nov. 2018.

CERQUEIRA, Jorge Pereira de; MARTINS, Márcia Copello. *Auditorias de Sistemas de Gestão: ISSO 9001, ISSO 14001, OHSAS 18001, ISSO/IEC 17025, AS 8000, ISSO 19001:2002*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

CHAUÍ, M. de S. *A Universidade em Ruínas*. In: TRINDADE, H. (org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes e Porto Alegre: Cipedes, 1990.

COSTA, R. S. da; MARION, J. C. *A uniformidade na evidenciação das informações ambientais*. 2007.

DONAIRE, Denis. 1999. *Gestão Ambiental na empresa*. 8ª. Reimpressão. S.Paulo : Atlas,1999.

EMEC. *Consulta avançada*. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2015.

EMEC. *Parecer 14/2012*. PARECER HOMOLOGADO Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 15/6/2012, Seção 1, Pág. 18. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 maio 2015.

EMEC. *Parecer CNE/CP 3/2002 - HOMOLOGADO* Despacho do Ministro em 27/2/2002, publicado no Diário Oficial da União de 28/2/2002, Seção 1, p. 12. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 maio 2015.

FREITAS, C. C. de O. de; STRASSBURG, U. *Evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis de empresas do setor de papel e celulose brasileiras*. 2007. Disponível em: <[http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%E7%F5es/ART%206%20-%20%20Evidencia%E7%E3o%20das%20informa%E7%F5es%20ambientais%20nas%20dem onstra%E7%F5es%20cont%E1beis%20de%20empresas.pdf](http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%E7%F5es/ART%206%20-%20%20Evidencia%E7%E3o%20das%20informa%E7%F5es%20ambientais%20nas%20dem%20onstra%E7%F5es%20cont%E1beis%20de%20empresas.pdf)>. Acesso em 26 set. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. Atlas, São Paulo: 2002.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J.; WALTERS, D. *Accounting for the environment: ACCA-Chartered Association of Certified Accountants & PCP*. Londres: Paul Chapman, 1993.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRENDA, M. F. *Teoria da contabilidade*. Tradução: Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de. *Teoria da Contabilidade*. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

_____. *Teoria da Contabilidade*. 8ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

KRAEMER, M. E. P. *Uma reflexão sobre o Ensino da Contabilidade*. Disponível em <<http://www.gesteoplois.com/canales5/fin/umareflex.htm>> Acesso em 01 abr. 2015.

KRAEMER, M. E. P. *Contabilidade ambiental como sistema de informações*. 2005. Disponível em: . Acesso em: 05 out. 2016.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade ambiental como sistema de informações*. 2005. Disponível em: . Acesso em: 05.10.2017.

KOLIVER, O. *A Formação e o Exercício Profissional dos Contadores e a Multidisciplinaridade*. In Anais do XXIV Conferência Interamericana de Contabilidade. Punta del Leste, Uruguai, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamento de metodologia científica*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACIEL, C. V. et al. 2008. *Contabilidade ambiental: um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade*. In: 8º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. Anais. 24 e 25 julho 2008. São Paulo: USP.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

MARION, José Carlos, ROBLES JR, Antônio. *A busca da qualidade no ensino superior de contabilidade no Brasil*. 12/05/2003. Disponível em: www.classecontabil.com.br, acesso em 15/05/2016.

MARION, J. C.; ROBLES JR, A. *A busca da qualidade no ensino superior de contabilidade no Brasil*. 2003. Disponível em: <<http://www.classecontabil.com.br/artigos/ver/119>>. Acesso em 05 mar.2015.

MONTEIRO, P. R. A.; FERREIRA, A. C. de S. *A evidenciação da informação ambiental nos relatórios contábeis: um estudo comparativo com o modelo do ISAR/UNCTAD*. Artigo Científico apresentado o 30º Encontro da ANPAD 2006 – EnANPAD 2006.

NOSSA, V. *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. Tese (Doutorado). FEA/USP, 2002.

PAIVA, P. R. de. 2006. *Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparências e Focada na Prevenção*. São Paulo: Atlas, 2006. 85-224-3569-3.

PELÉIAS, I. R. et al. *Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica*. *Revista Contabilidade & Finanças*. São Paulo, 2007 – Edição 30 Anos de Doutorado. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772007000300003>. Acesso em 01 mar. 2015.

- RIBEIRO, C. do A. *Algumas visões acerca da contabilidade ambiental no Brasil*. Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil, 2009, p.3-4.
- RIBEIRO, M. de S. *Contabilidade ambiental*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- _____. *Contabilidade ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- RUIZ, J. Á. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- SÁ, A. L. de. *História geral e das doutrinas da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997.
- SCHMIDT, P. *Uma contribuição ao estudo do pensamento contábil*. São Paulo, 1996. 506p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1996.
- SILVA, T. M. *Currículo flexível: evolução e competência*. Revista Brasileira de Contabilidade, v. 29, n.121, p.22-27, jan./fev.2000.
- SOARES, S. V. et al. *Pós-Graduação em Ciências Contábeis no Brasil: processo e seleção*. Revista Ambiente Contábil. Natal, v. 3, n. 2, p. 59 – 74, jul./ dez. 2011a.
- SOUZA, V. P. de. *Ensino da Contabilidade Ambiental: um estudo nas Instituições de Ensino Superior do Centro-Oeste*. Tese (Mestrado). FECAP, 2006.
- STRASSBURG, U. *Avaliação do professor de contabilidade – algumas considerações*. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília: CFC, n. 141, mai.-jun., 2003.
- TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. *Contabilidade e Gestão Ambiental*. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Ensino da Contabilidade Ambiental: um estudo nas Instituições de Ensino Superior do Centro-Oeste”, desenvolvida pelo pesquisador Prof. Rafael Crisóstomo Alves e pela acadêmica Tatianne Bezerra Moraes, aluna da Faculdade de Ciências Contábeis da UniRV – Universidade de Rio Verde. O objetivo desta pesquisa é verificar a percepção dos coordenadores do curso de Ciências Contábeis, da região Centro-Oeste, sobre o ensino da Contabilidade Ambiental.

Se você aceitar participar da pesquisa, responderá um questionário contendo 16 questões, se coordenador do curso. O questionário não permitirá de forma alguma a sua identificação e somente o orientador e a pesquisadora terão acesso aos dados obtidos. A pesquisa oferece o mínimo de risco. Pode ocorrer algum desconforto ao responder as questões solicitadas, diante disso você tem a liberdade de escolha em respondê-lo ou não, podendo desistir da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo. Qualquer risco ou dano relativo à pesquisa será de responsabilidade dos pesquisadores.

Os benefícios desta pesquisa serão direcionados indiretamente aos entrevistados, pois através dela, haverá uma contribuição à academia, se apresentando como um despertar, por parte dos coordenadores, à implementação, dessa importante disciplina, onde não se faz presente na ementa do curso, além de contribuir, aos acadêmicos, para ampliação da construção do conhecimento sobre tal temática.

Sendo assim, sua participação é voluntária e você não terá nenhuma despesa e também não será remunerado ao participar do estudo. Qualquer dúvida, você poderá entrar em contato com os pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade e Rio Verde - UNIRV nos endereços abaixo.

Diante dos esclarecimentos apresentados acima, aceito participar da pesquisa.

Rio Verde – GO ___/___/___

Assinatura do voluntário

Assinatura do pesquisador

Pesquisador Responsável: Rafael Crisóstomo Alves

Rua 09 de julho, nº 226, Bairro Prolongamento Jardim América

Rio Verde/GO

Telefone: (64) 9236-8012. E-mail: rafael.alves@unirv.edu.br

Acadêmico Responsável: Tatianne Bezerra Moraes

Rua das Violetas, Qd. 6 Lt. 30, Bairro Tiúba

Montividiu/GO

Telefone: (64) 9643-3672. E-mail: tatiannebezerra@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Rio Verde/UNIRV

Rua Rui Barbosa nº 3, centro, CEP 75901-250

Telefone: (64) 3622-1446. E-mail: cep@unirv.edu.br

APÊNDICE B – Questionário aos coordenadores dos cursos de Ciências
Contábeis

Tabela direcionada para responder as assertivas				
Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
1	2	3	4	5

Assertivas		1	2	3	4	5
1	Na sua opinião, o profissional de contabilidade é qualificado para exercer atividades em gestão ambiental.					
2	A participação do profissional de contabilidade na elaboração de relatórios contábeis ambientais é fundamental.					
3	O profissional de contabilidade conhece os órgãos ambientais, bem como os critérios para licenças ambientais.					
4	O profissional de contabilidade está qualificado para elaborar ou avaliar relatórios de impacto ambiental.					
5	O profissional de contabilidade reconhece a importância da análise ambiental para a salvaguarda do patrimônio da empresa.					
6	O profissional de contabilidade tem qualificação para proceder aos registros dos eventos ambientais de uma empresa.					
7	O profissional de contabilidade está conscientizado sobre os problemas ambientais que afligem o planeta e, conseqüentemente, as organizações.					
8	O profissional de contabilidade tem qualificação para proceder à auditoria ambiental nos relatórios contábeis ambientais.					
9	O profissional de contabilidade tem qualificação para reconhecer um passivo ou um risco Ambiental nos relatórios contábeis.					
10	Na sua percepção os relatórios ambientais são elaborados unicamente por profissionais de contabilidade.					
11	Na sua avaliação, os alunos tendem a seguir profissionalmente, a área ambiental.					
12	Há uma relação entre Educação Ambiental e a Contabilidade.					
13	Há uma relação entre a Contabilidade Ambiental e a expectativa do mercado.					
14	Os conteúdos de Contabilidade Ambiental são conhecimentos importantes ao profissional de contabilidade.					
15	O profissional de contabilidade conhece as normas ambientais, e as suas influências na gestão da organização.					
16	O profissional de contabilidade está qualificado para ensinar Contabilidade Ambiental					

Fonte: Adaptado de Souza (2006).